

ANÁLISE DO USO DO PAR É + ADJETIVO E DO VERBO PODER EM RECORTES DE PRODUÇÃO ESCRITA DE ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PAIR "É + ADJETIVO" AND THE VERB CAN ANALYSIS IN CUTOUTS TEXTUAL PRODUCTIONS OF MIDDLE AND HIGH SCHOOL STUDENTS

Talita Lidirene Limanski de Quadros¹
Aparecida Feola Sella²

RESUMO

O presente texto analisa o emprego dos modalizadores em recortes de textos de alunos do ensino fundamental e médio, de escola pública do campo de uma cidade do Estado do Paraná. Partiu-se da análise de material coletado no banco de dados dos projetos Aplicação e Reflexão Teórica na Sala de Aula: análise linguística como suporte para a produção de textos de alunos de uma escola pública do Estado do Paraná (ART) e Diagnósticos e Aplicação Teórica em Sala de Aula: verificação do rendimento e avaliação do ensino de análise linguística e produção textual de alunos do ensino médio de uma escola pública do Estado do Paraná (DAT). A pesquisa básica, de cunho qualitativo, foi subsidiada por autores que tratam da modalização linguística, como Castilho e Castilho (1992), Neves (2006), Corbari (2008/2013), Koch (2009) e Sella (2011). Objetivou-se interpretar ocorrências dos modalizadores em tela em recortes de textos de estudantes participantes dos projetos supracitados, além de verificar o grau de engajamento dos produtores com o conteúdo enunciado, expresso por meio de tais estruturas. A verificação dessas camadas proporcionou avaliar o grau de engajamento estabelecido com o conteúdo proposicional. Este estudo permitiu observar que os modalizadores em análise estabelecem noções de ênfase e de atenuação, o que aponta para articulações que indicam

¹Mestre em Letras pelo Programa de pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

²Professora doutora do Programa de pós-graduação stricto sensu em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

negociações de ponto de vista.

Palavras-chave : Modalização; Modalizadores; Análise Linguística.

INTRODUÇÃO

Este artigo imprime resultado de pesquisa realizada para construção de dissertação de mestrado que se ancora em casos provenientes de dados coletados durante a aplicação de dois projetos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), desenvolvidos em um colégio estadual do campo³ da região de Cascavel (PR), e em reflexões teóricas suscitadas por esse processo.

O Projeto intitulado Aplicação e Reflexão Teórica na Sala de Aula: análise linguística como suporte para a produção de textos de alunos de uma escola pública do Estado do Paraná (doravante ART) ocorreu no ano de 2011, subdividiu-se em cinco oficinas e teve como ponto de partida as produções textuais de alunos do 9º ano do estabelecimento de ensino. Essa turma continuou a ser objeto de pesquisa no ano de 2013 por meio do Projeto denominado Diagnósticos e Aplicação Teórica em Sala de Aula: verificação do rendimento e avaliação do ensino de análise linguística e produção textual de alunos do ensino médio de uma escola pública do Estado do Paraná (doravante DAT) e participou de mais oito oficinas.

O grupo de pesquisadores buscou investigar estratégias diferenciadas das tradicionais para a produção escrita, tendo em vista o exercício da argumentação no ensino fundamental e médio a partir do gênero Artigo Científico adaptado à série pauta de investigação.

Observamos que o intento de formar cidadãos críticos e uma sociedade equitativa é discurso comum a grande parte dos documentos que norteiam a educação pública nacional e estadual. Consideramos que para atingir tal ideal é também preciso investir em estratégias de ensino de língua portuguesa que extrapolem

³ Usa-se, neste trabalho, o termo "escola do campo" tendo em conta a nomenclatura adotada por documentos oficiais e também pelas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná

os limites da metalinguagem e primem pela oferta de saberes que permitam ao estudante interagir e alterar a realidade preexistente por meio da ação linguística, ou seja, que vislumbrem a língua como “ação sobre o mundo dotada de intencionalidade e veiculadora de ideologia que se caracteriza, portanto, pela argumentatividade” (KOCH, 2009, p.15). Nessa perspectiva, importa esclarecer o estudante quanto às marcas que revelam atividade argumentativa nos textos.

A pesquisa aqui relatada nasce da necessidade de compreender aspectos pouco explorados do processo de ensino/aprendizagem de produção textual e está pautada no seguinte questionamento: como os modalizadores é + adjetivo e verbo poder foram empregados por alunos de ensino fundamental e médio em suas produções textuais após participarem dos projetos em tela? Trata-se de tentar contribuir com a prática de docentes de Língua Portuguesa, especialmente daqueles que atuam na rede pública de ensino, o que justifica sua realização.

Partimos da hipótese de que os recortes sob análise comportam modalizadores como uma forma de estratégia argumentativa reveladora de ponto de vista. Essa hipótese se sustenta na concepção de que os modalizadores atuam também como instrumento de mobilização do interlocutor.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, o de interpretar ocorrências dos modalizadores par é + adjetivo e verbo poder ora em camadas mais internas, ora em camadas mais externas da significação, além de verificar o grau de engajamento do enunciador com o conteúdo que enuncia expresso por meio de tais estruturas.

A pesquisa básica, de cunho qualitativo, pauta-se em autores como Castilho e Castilho (1992), Neves (2006a), Corbari (2008), Koch (2009) e Sella (2011) e se ampara nos processos de definição de foco de estudo, coleta de dados – ou seleção do corpus dentre os dados coletados – e interpretação dos dados coletados.

O texto se inicia com breve explanação sobre os projetos ART e DAT, abarca reflexão sobre modalidade e modalização, apresenta categorias de modalizadores que subsidiam o estudo e expõe análises realizadas a respeito de alguns recortes dos textos de alunos participantes dos projetos em tela.

2 OS PROJETOS ART E DAT

Os projetos ART e DAT, dos quais provêm o banco de dados

utilizados nesta pesquisa, se fundamentam na junção de Linguística Textual e processo de ensino/aprendizagem de língua portuguesa na educação básica. Foram desenvolvidos em uma escola do campo de Cascavel, entre os anos de 2011 e 2013, e contaram com a participação de alunos do 9º ano do ensino fundamental e da 2ª série do ensino médio. A prática pedagógica esteve associada ao cotidiano dos discentes e ao centro de interesses da comunidade escolar.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são moradores do distrito de São João do Oeste e de comunidades rurais circundantes e provêm de famílias essencialmente compostas por pequenos agricultores, trabalhadores rurais, trabalhadores domésticos e funcionários de indústrias da cidade de Cascavel. O nível de escolaridade da maior parte das famílias se situa entre o ensino fundamental e médio e não raros são os casos de analfabetismo.

Na época, de acordo com Schneider (2013), a escola contava com Sala de Apoio à Aprendizagem para atender a alunos com dificuldades específicas nas disciplinas de Português e Matemática e atendimento especializado na Sala de Recursos Multifuncional para os alunos com deficiências neuro-motoras. A escola abrigava ainda o CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) e o projeto Segundo Tempo (com atividades desportivas).

A autora também ressalta a participação direta de setores da comunidade escolar (professores, alunos, equipe pedagógica e direção) no momento da escolha do assunto que subsidiaria os debates e produções textuais durante a realização dos projetos. Afirma ainda que houve um esforço das pesquisadoras em unir os anseios dos sujeitos participantes e os objetivos da pesquisa.

O intuito de aproximar pesquisadores e participantes da pesquisa resultou na escolha da temática de discussão Dia Mundial da Água. A experiência de considerar o que é importante para os povos do campo se justificava no pressuposto de que os sentidos do texto se estabelecem ou se constroem na interação entre os envolvidos. Além disso, a junção entre conhecimento científico e conhecimento popular serviria de motivação para o aluno pela leitura de novos textos e a participação efetiva no projeto.

3 MODALIDADE E MODALIZAÇÃO - REFLEXÕES INICIAIS

Os primeiros estudos sobre modalidade datam da Antiguidade Clássica e provêm de teóricos oriundos da Lógica Formal. Avultam, dessa perspectiva de estudos, três classificações: alética,

ontológica e aristotélica. Os clássicos almejavam “elaborar um sistema que desse conta, de forma coerente e precisa, das proposições que expressavam raciocínio válido” (FERNANDES, 2011, p. 01), no intuito de estabelecer regras capazes de definir a veracidade ou a falsidade das proposições.

Segundo Matsumoto (2009), Aristóteles apontava para o fato de que as proposições nem sempre são simplesmente verdadeiras, mas podem ser também possivelmente verdadeiras ou necessariamente verdadeiras. As noções de possibilidade e necessidade se tornaram, em consonância com os estudos do filósofo grego, condição para que uma expressão linguística fosse considerada também uma expressão de modalidade para os lógicos (MATSUMOTO, 2009).

Neves (2006a) explana que os estudos amparados na lógica clássica não correspondem plenamente aos interesses da linguística, uma vez que desconsideram a enunciação, esquecem-se de que as línguas naturais são alógicas e preocupam-se apenas com a consolidação do valor de verdade das proposições.

Comparini-Leite (2002, p. 20) explica que a perspectiva linguística de modalidade compreende o fenômeno como ato que expressa “uma relação de comprometimento do enunciador com aquilo que enuncia”, ou seja, entende que, ao assumir uma modalidade, o enunciador revela aspectos de sua subjetividade.

Por adotarmos a modalização linguística para nosso estudo, consideramos, conforme o postulado por Neves (2006a), que não é possível produzir enunciados que não demarquem posicionamento do autor, ou seja, não sejam modalizados, já que, segundo a autora, o enunciador não pode deixar de exprimir condições de verdade sobre o fato que expressa e grau de certeza a respeito daquilo que enuncia.

Sustenta nosso posicionamento a constatação de que mesmo enunciados destinados a descrever a realidade empírica e desprovidos de elementos de lexicalização de modalização passam pelo crivo daquele que enuncia, conforme se observa em: O menino está dormindo. Nessa ocorrência, a ausência de modalizadores explícitos não impede que se verifique o grau de certeza impresso pelo enunciador sobre o fato que descreve.

O fenômeno mencionado se torna ainda mais claro ao compararmos o enunciado proposto (O menino está dormindo) com outros formulados a partir do mesmo conteúdo proposicional, em que figuram modalizadores explícitos que expressam maior ou

menor grau de certeza, como em: O menino certamente está dormindo ou Acho que o menino está dormindo. Evidencia-se que não utilizar marcas linguísticas de modalização não atribui neutralidade ao enunciado, mas atende a propósitos enunciativos específicos.

Observamos que, ao interagir por meio da língua, o sujeito assume maior ou menor grau de engajamento com o que diz. Isso pode estar demarcado nas escolhas lexicais, na organização das informações na frase ou mesmo na entoação escolhida, o que torna improvável a noção de que o conteúdo de uma proposição possa ser uma verdade não filtrada pelo conhecimento e/ou pelo julgamento do falante.

4 CATEGORIAS DE MODALIZADORES

Interessa-nos, neste estudo, a modalização que se estabelece por meio de elementos linguísticos (KOCH, 2009) impressos nos enunciados. Diferentes autores propuseram pesquisas e imprimiram suas classificações a esse respeito.

Castilho e Castilho (1992) subdividem os modalizadores em três categorias: epistêmicos, deônticos e afetivos. Já Koch (2009), que não faz distinção entre modalidade e modalização, destaca como principais as seguintes modalidades: “deôntica”, “epistêmica” e “alética” (KOCH, 2009, p. 83). Neves (2011), por sua vez, propõe a existência de quatro grupos: epistêmicos (ou asseverativos), delimitadores (ou circunscritores), deônticos e afetivos (ou atitudinais).

Optamos por considerar as ocorrências de modalizadores deônticos e epistêmicos, visando a demonstrar, em análises posteriores, que tais elementos podem atuar em camadas mais internas da significação ou em camadas mais externas e podem exprimir negociações de caráter enfático ou atenuado, de acordo com o vínculo que possuem com o conteúdo das proposições que modificam e com a modalidade escolhida para a enunciação da porção textual a que se integram.

Consideramos como modalizadores deônticos os recursos empregados pelo produtor do texto a fim de atuar sobre seu interlocutor, essencialmente em situações mais espontâneas, e apontar para a forma como deseja que seu enunciado seja lido. Tais recursos podem inserir nos enunciados, de acordo com diferentes autores, a noção de obrigatoriedade, de necessidade (NEVES, 2011), de dever (CASTILHO; CASTILHO, 1992), de permissão e de proibição (PARRET, 1988). Incluímos nesse grupo alguns termos utilizados no intuito

de estabelecer aconselhamento do interlocutor.

Já os modalizadores epistêmicos são indicadores de atitudes do locutor com relação a seu discurso (KOCH, 2009), ou seja, subsidiam-se em conhecimento, crenças e opiniões do locutor sobre o conteúdo que apresenta em sua proposição.

4.1 ATUAÇÃO DO MODALIZADOR É + ADJETIVO

O par é + adjetivo, doravante referenciado como PEA, segundo Koch (2009), insere-se no rol de lexicalizações da modalização. Tal categoria é denominada pela autora como “predicado cristalizado” e inclui construções similares a “é certo”, “é preciso” e “é necessário” (KOCH, 2009, p. 85). Também é mencionada por Castilho e Castilho (1992), ao tratarem de adjetivos que atuam como modalizadores tanto quando estão isolados, como quando integram expressões semelhantes a “é claro” ou “é evidente”. Tais termos são rotulados por Neves (2006a) como adjetivos em posição predicativa.

Corbari (2008 e 2013), que subsidia as análises realizadas neste trabalho, subdivide as ocorrências de PEA em Modalizadores Voltados para o Conteúdo Modalizado e Modalizadores Voltados para o Interlocutor. Nesse segundo grupo, é possível notar uma distinção entre conteúdo da proposição e elemento modalizador. Ele foi ainda dividido por Corbari (2008) em Epistêmicos-Interlocutivos e Deônticos-Interlocutivos.

Emprestamos da autora exemplos de Modalização voltada para o conteúdo modalizado:

[a1] Baixado o teor de predisposição ideológica, ainda forte entre nós, jornalistas, é justo e sensato afirmar que a Globo sofreu críticas exageradas;

[a2] É falso, portanto, acreditar que o jornalismo, sobretudo o jornalismo político, possa ser julgado somente por critérios técnicos internos à profissão;

[a3] No entanto, nem é adequado usar o termo “reação” como se fossem respostas legítimas (ainda que inadequadas quanto ao tom excessivo) aos equívocos de opinião, esses, sim, as ações que teriam provocado as reações (CORBARI, 2008, p. 84, grifos da autora).

Podemos notar que o deslocamento do PEA, destacado nos casos acima, tem o intuito de focalizar/asseverar o conteúdo a que se associa, imprimindo a avaliação do enunciador/produtor sobre o que enuncia. Para a autora, tal classificação pode ser confirmada pelo fato de que os modalizadores, nos três casos mencionados,

estão de tal forma imbricados com o conteúdo da proposição que não se pode separá-los dele.

Concordamos com a autora quando afirma que os modalizadores voltados para o conteúdo integram a proposição, todavia consideramos que os exemplos escolhidos por Corbari (2008) para ilustrar sua explanação contêm PEA que assumem estatutos diferentes nos enunciados.

O primeiro caso apresentado exemplifica perfeitamente as considerações da autora, observamos nele um modalizador que compõe a proposição; entretanto, esse fenômeno parece não ocorrer no segundo exemplo, em que o *É* fácil parece se situar em uma camada mais externa da língua, apontando ao leitor a modalidade assumida pelo produtor no momento da enunciação. Consideramos também que o terceiro exemplo de Corbari (2008) reclama uma porção textual anterior ao operador argumentativo *No* entanto. Se mencionada, a porção que antecede o enunciado constituiria a camada mais externa, voltada à contextualização do conteúdo proposicional, e o modalizador em destaque poderia ser visto apenas como parte da proposição, atuando em camada mais interna.

Quanto à Modalização voltada para o Interlocutor, classificada como Epistêmico-Interlocutiva, podem-se tomar como exemplo as seguintes proposições:

[b1] *É* obvio que não era isso que a matéria queria dizer;

[b2] *É* certo que as situações mencionadas acima não são idênticas e não se deve esquecer suas diferenças intrínsecas (CORBARI, 2008, p. 99, grifos da autora).

Segundo Corbari (2008), expressões como *é* obvio e *é* certo denotam grande adesão do enunciador ao que enuncia, o que incide na mobilização do interlocutor para tomar a informação veiculada como “certa” ou “indubitável”. Entretanto, a aceitação da proposição pelo interlocutor é facultativa.

A atuação incisiva sobre o interlocutor, atrelada ao eixo da ordem e do dever, é matéria da Modalização Deontico-Interlocutiva, bem expressa nos enunciados a seguir:

[c1] Dessa maneira, *é* preciso lembrar que o Brasil, em consonância com sua recente e ainda curta experiência democrática, precisa de uma injeção de lógicas públicas nas dinâmicas midiáticas se quiser construir um espaço mini-

mamente público.

[c2] Pode parecer banal, mas é sempre necessário lembrar que a tolerância tem seu limite na agressividade intolerante do outro.

[c3] Lembrando que a cobertura do “dossiêgate” foi assimétrica na apuração do conteúdo, é importante frisar que a “arrogância” de Lula é uma formulação da revista (CORBARI, 2008, p. 104, grifos da autora).

Corbari (2008) postula que modalizadores como os acima destacados interpelam o interlocutor no intuito de que este alinhe seu posicionamento ao do veiculado na proposição, ou seja, existe uma proposta inscrita no enunciado de atuação sobre ou outro de maneira mais intensa, a partir de valores que são compartilhados em uma determinada comunidade sobre o que é certo ou errado, obrigação ou não.

Em 2013, a pesquisa de Corbari se destina a investigar tipos de negociação entre interlocutores que se estabelecem por meio da modalização linguística. A autora postula a existência de duas categorias de negociação, a enfática e a atenuada.

Segundo Corbari (2013), comporiam processos de negociação enfática, modalizadores (deônticos ou epistêmicos) integrados ao eixo da necessidade, cujo ato ilocutório mobilizado encerra asserção forte, conforme se verifica em:

Por isso, sem dúvidas, aumentar a fiscalização nas florestas com certeza diminuiria o desmatamento. E sendo a maior cauda dos maus feitores praticarem o ato é o lucro que ganham exportando madeira ilegal, aplicar pesadas multas á eles em um valor maior do quem eles estão ganhando pela infração, obviamente eles não iriam desmatar mais, perceberiam que outros meios de ganhar dinheiro sem prejudicar a natureza (CORBARI, 2013, p. 103, grifos da autora).

Instituiriam negociações atenuadas, modalizadores (deônticos ou epistêmicos) vinculados ao eixo da possibilidade e que mobilizam atos ilocutórios de asserção fraca, bem ilustrados no exemplo abaixo:

O desmatamento não-autorizado pode causar vários problemas, como a redução de chuvas de 24%, e se não chover os rios que saem do continente e vão para o oceano poderão secar e assim o mundo irá ficar deserto, e os problemas mais graves ainda poderão aparecer (CORBARI, 2013, p. 112, grifos da autora).

Acreditamos, assim como Corbari (2013), que a modaliza-

ção, ainda que em segundo plano, aponta para o processo interativo e para a relação entre interlocutores. Por essa razão, mesmo defendendo a possibilidade de que alguns modalizadores estejam mais direcionados ao conteúdo das proposições, consideramos válida a proposta de analisar tais relações estabelecidas pelos modalizadores nos enunciados e, por isso, verificaremos como este processo se dá no corpus desta pesquisa.

4.2 O VERBO PODER COMO MODALIZADOR

Outra forma de lexicalização da modalização que se destaca nos recortes aqui analisados é o emprego do verbo modal poder. Tradicionalmente os verbos modais são compreendidos como expressões das modalidades lógicas clássicas deôntica e epistêmica.

Hoffmann e Sella (2008), em seus estudos sobre a atuação do verbo poder em livros didáticos, constatam que esse verbo pode ser empregado tanto em ocasiões de apresentação de conteúdos novos quanto na intenção de enfatizar conceitos já vistos. Posteriormente, em 2011, ao analisar o uso do verbo poder no manual do FUNDEB, a autora identifica o emprego do termo inclusive como forma de “refreamento eufêmico”, em que o “escopo imperativo” assume roupagem de probabilidade/possibilidade (SELLA, 2011, p. 214).

Defendemos a noção, em consonância com Sella (2011) e Hoffmann e Sella (2008), de que o verbo poder aponta para o conteúdo modalizado, ou seja, se situa em camadas mais internas da significação e também pode ser orientado para o interlocutor, atuando em camadas mais externas.

As autoras subdividem os modalizadores orientados para o interlocutor em dois outros grupos: Epistêmico/Deôntico e Deôntico/Epistêmico. No primeiro deles se situariam as proposições em que o enunciador, ao imprimir a modalização, estaria avaliando o conteúdo como certo, tendo em conta a intenção de direcionar o interlocutor à validação da proposição.

Verificamos ainda a possibilidade de transposição das categorias de análise do PEA de Corbari (2008) para o estudo do verbo poder, já que este também atua nas diferentes camadas da significação. Por essa razão, ao proceder à análise dos recortes selecionados, optamos por classificar as ocorrências do verbo em questão em epistêmico voltado para o conteúdo modalizado, deôntico voltado para o conteúdo modalizado, epistêmico-interlocutivo

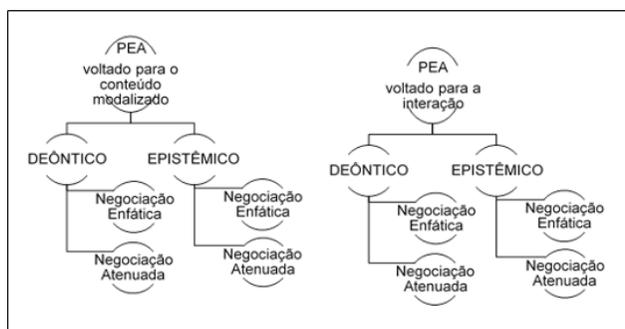
e deôntico-interlocutivo. Eximimo-nos de explanações sobre tais categorias nesta seção, tendo em conta que tal tarefa já foi cumprida em ocasião anterior neste texto.

Também tomamos como propósito de análise a verificação da natureza do modalizador no que diz respeito à força ilocucionária que mobiliza. Para tanto, partiremos do que postulam Sella (2011) e Corbari (2013) e adotaremos os termos eufêmico e enfático para denominar, consecutivamente, modalizadores que imprimem asserção fraca e modalizadores que imprimem asserção forte.

4.3 O EMPREGO DO PEA NO CORPUS

Apresentamos, na sequência, as análises de alguns dos recortes que compõem o texto original em que consideramos principalmente o proposto por Corbari (2008; 2013) em duas fases de seus estudos: em sua dissertação de mestrado, no ano de 2008, e em sua tese, publicada em 2013. Seguimos as categorias de análise da autora e ainda autores como Castilho e Castilho (1992), Neves (2006a) e Koch (2009). Assim, elaboramos um esquema de análise, ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 2 – Esquema de análise dos PEA



Fonte: elaborado pela autora, com base em Corbari 2008/2013.

Destacamos em **negrito**, nos excertos, os modalizadores em tela; já as ocorrências de outros modalizadores, necessárias para a análise, estão destacadas com sublinhado. Também apontamos em *italico* os operadores argumentativos que auxiliam na construção do sentido dos enunciados.

Recorte 1

Consideramos principalmente que é dever de todo cidadão refletir sobre

e esse assunto para termos uma sociedade melhor.

No recorte 1, constatamos a construção de um enunciado composto por diferentes camadas de significação. A primeira parece atender a propósitos interacionais e está associada ao modalizador consideramos principalmente. Entendemos que o emprego dessa expressão modalizadora aponta para uma avaliação de caráter epistêmico acionada para demarcar engajamento e interação. Assim sendo, adotando a proposta de Corbari (2008), poderíamos classificar o Considerando principalmente como um modalizador epistêmico-Interlocutivo.

Toda a porção textual que se estabelece a partir da conjunção que estrutura o conteúdo proposicional. Observamos que o PEA em questão integra uma oração subordinada substantiva objetiva direta, ou seja, é parte fundamental da construção sintática do enunciado e tem como foco principal o conteúdo da proposição. Para usar os termos de Corbari (2008), teríamos, nessa ocasião, um PEA deôntico voltado para o conteúdo modalizado.

No recorte seguinte, destacamos a ocorrência de um PEA que atenua o conteúdo da proposição:

Recorte 2

Alguns exemplos do site IG abordam que, para comer uma maçã, em média foram gastos 70 litros de água. Um copo de cerveja, 75 litros, uma xícara de café, 140 litros e um quilo de carne, 15.500 litros de água. E é possível calcular também o uso da água em produtos que compramos como roupas, por exemplo.

Destacamos que toda a porção textual anterior à inserção do PEA parece ser empregada no intuito de contextualizar a asserção seguinte, por isso constitui a camada mais externa do enunciado, voltada para a interação.

O fato de a porção textual que compreende o modalizador em destaque iniciar pelo operador argumentativo E – que atua na construção de classes argumentativas – permite a constatação de que é possível, além de exprimir um grau reduzido de certeza sobre o que enuncia, é parte da camada mais interna da significação, ou, nos termos de Corbari (2008), trata-se de modalizador epistêmico voltado para o conteúdo modalizado. Observamos, ainda, que o grau de certeza expresso pelo PEA instaura no enunciado um modelo de negociação atenuada.

Nos recortes a seguir, destaca-se a natureza interativa do

PEA:

Recorte 3

É essencial para a vida a água, mas ela é um bem finito.

Recorte 4

É muito fundamental e de extrema importância a conscientização da população porque toda ação tem suas consequências.

No recorte 3, observamos que o PEA integra a camada mais externa do enunciado; contudo, tem a peculiar função de servir de elemento que expressa avaliação sobre o que se enuncia. Arrolamos tal expressão ao grupo dos modalizadores epistêmico-Interlocutivos, em consonância com Corbari (2008), isso porque o elemento modalizador em tela, embora expresse asserção forte, volta-se mais ao âmbito das certezas e ao eixo do saber. Note-se que a estratégia empregada pelo enunciador estabelece no enunciado um modelo enfático de negociação, nos moldes mencionados por Corbari (2013).

O Recorte 4, por sua vez, deixa transparecer forte engajamento, expresso por é muito fundamental e de extrema importância, além da necessidade de interpelar o interlocutor no intuito de que adote determinado comportamento; aponta para o fato de que o PEA em tela extrapola os limites da certeza e passa a denotar obrigação. Por essa razão, entendemos ser uma ocorrência de modalizador deontico, que institui no enunciado, segundo Corbari (2013), modelo de negociação enfática.

O PEA em questão introduz o enunciado e orienta a um posicionamento como verdade que se impõe, o que sugere função interacional, já que prevê a ação do interlocutor. Assim, para usar os termos de Corbari (2008), temos um caso de modalizador deontico-interlocutivo.

4.4 O EMPREGO DO VERBO PODER NO CORPUS

Classificamos, nos recortes a seguir, as ocorrências do verbo poder em deontico voltado para o conteúdo modalizado; epistêmico voltado para o conteúdo modalizado; deontico-Interlocutivo e epistêmico-interlocutivo. Explanamos também quais modalizadores introduzem nos enunciados tom enfático e quais introduzem tom eufêmico.

O primeiro recorte situa-se justamente num processo de explicação, iniciado pelo operador argumentativo Por isso, conforme transcrito a seguir:

Recorte 5:

Por isso, a questão da importância da água deve ser discutida com todos, pois esse nosso bem não pode acabar assim de repente.

Observamos, nesse caso, que poder aparece acompanhado do advérbio de negação não, o que rende o sentido de impossibilidade e, segundo o proposto por Steffler (2013), a noção de necessidade (ou mesmo de obrigação, mas como ato de fala indireto⁴). Essa impossibilidade está amparada na forte crença sobre a importância de se preservar a água e soa como orientação ao interlocutor.

Embora não seja o foco deste estudo, destacamos a atuação do operador argumentativo por isso, que se estabelece em porção situada em camada mais externa da língua e aponta a modalidade da proposição (no sentido tradicional), ou seja, que deve ser entendida como uma frase explicativa. Essa modalidade assumida é reforçada pelo emprego do pois na sequência. Observando a atuação do modalizador na porção textual iniciada pelo pois, podemos verificar que integra o conteúdo proposicional e que, por conseguinte, atua em camadas mais internas da significação. Tal constatação permite classificar o verbo modal como deôntico voltado para o conteúdo modalizado, e nesse caso há coincidência com a proposta de Corbari (2008). Constatamos ainda que a forma como pode foi empregado resulta, segundo Corbari (2013), em um modelo de negociação enfática.

Analisemos agora o próximo recorte:

Recorte 6:

Portanto, a questão deve ser discutida ampla e atenciosamente por todos os segmentos sociais pois, além de não se tratar de um problema apenas local, pode trazer sérias consequências para o futuro de toda a nação.

O emprego de pode, mais do que indicar uma possibilidade epistêmica; institui processo de eufemização, para usar o termo

⁴Entendemos que os atos de fala indiretos adquirem força ilocucionária proveniente de outro ato de fala e que serão decodificados no contexto de enunciação. Assim um enunciado como “Também gosto de chocolate” pode ser compreendido como uma simples asserção ou pode ganhar contornos de pedido, caso seja proferido em uma situação que propicie tal interpretação.

empregado por Sella (2011). Tal estratégia ameniza impactos que poderiam ser gerados por estruturas mais enfáticas semelhantes a trará sérias consequências para o futuro de toda a nação.

Notamos que os modalizadores *deve* e *ampla* e atenciosamente compõem uma porção textual em que vigora o tom conclusivo instituído por *Portanto*. Observe-se que o trecho que os engloba parece estar mais implicado com a interação e, sendo assim, constitui porção textual mais externa.

Quanto ao *pode*, constatamos que atua em camadas mais internas da significação, atuando no conteúdo da proposição, processo denominado por Corbari (2008) como modalização epistêmica voltada para o conteúdo modalizado.

O recorte seguinte apresenta ocorrência do poder que sinaliza para conselho:

Recorte 7:

Por exemplo, na hora de lavar as calçadas, você pode reutilizar a água da máquina que você lavou a roupa para lavar, a água da piscina reutilizar para lavar o carro e molhar as plantas, etc.

Partindo dos preceitos de Sella (2011), poderíamos classificar o modalizador em destaque como estrutura que mobiliza processo de eufemização do conteúdo. O pronome *você* sugere diálogo direto com o interlocutor e, ao unir-se ao *pode*, o conduz à atuação no plano da interação. Observe-se que a afirmação “você pode reutilizar a água da máquina” transparece posicionamento pautado nas certezas de quem enuncia e, sendo assim, classificamos o verbo modal como modalizador epistêmico-interlocutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são, na contemporaneidade, os estudos que se propõem a discutir o processo de ensino/aprendizagem de leitura e produção textual nas escolas de ensino fundamental e médio, essencialmente no que diz respeito à necessidade de se elaborarem metodologias eficazes no sentido de promover avanços significativos no desempenho dos estudantes. Observando o panorama educacional brasileiro atual, principalmente no que tange ao sistema público de ensino, torna-se evidente a noção de que ainda há muito a se fazer para que se possa afirmar que a educação foi realmente democratizada no país.

Uma verdadeira democratização da educação, de acordo com o que normatiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 32, tem como pressuposto obrigatório o acesso aos meios que assegurem ao cidadão o domínio da leitura e da escrita de sua língua, já que a falta desse tipo de conhecimento corrobora os processos de exclusão e/ou de estigmatização dos sujeitos. Além disso, é preciso ampliar os horizontes de expectativas dos sujeitos das escolas públicas na intenção de que estes se sintam capazes e estimulados a adentrarem no mundo da academia e da ciência.

O ensino de língua portuguesa pautado no estudo do gênero Artigo Científico, proposto pelos projetos ART e DAT, atende aos propósitos mencionados e ainda prepara o aluno para a produção de textos científicos que demandam organização e linguagem diferenciadas daquela com que estão habituados.

Massi e Queiroz (2010) postulam que o sujeito a que se propiciam conhecimentos referentes à estrutura textual do meio acadêmico tende a ser mais autônomo e a ter mais facilidade de construir opinião própria, uma vez que o confronto com problemas de pesquisa estimula tanto seu pensamento científico, quanto sua criatividade.

No mesmo sentido, Paludo (2014) defende que o ensino do gênero a alunos de ensino fundamental e médio propicia “maior possibilidade de entendimento do tema e da postura a ser assumida, de modo a ampliar significativamente a qualidade das produções” (PALUDO, 2014, p. 85).

Acrescentamos ao postulado pelos autores o que verificamos na realização desta pesquisa: estudantes expostos ao gênero Artigo Científico tendem a aprimorar e a ampliar o arcabouço de estratégias argumentativas em suas produções textuais.

O contato com o banco de dados dos projetos ART e DAT permitiu a constatação de que alunos de ensino fundamental e médio, mediante elaboração de proposta didática adequada a seu nível de escolaridade, produziram textos que correspondem ao gênero artigo científico não somente no que tange à estrutura composicional, mas também no que diz respeito ao estilo.

A modalização, segundo Andrade (2010), é recurso recorrente no processo argumentativo que se instaura nos artigos científicos e, conseqüentemente, é parte da construção do estilo do gênero, uma vez que viabiliza a construção de um tom de objetividade e imparcialidade e exime o produtor da necessidade de

impor explicitamente seu posicionamento ao leitor. Tal recurso, conforme se comprova nesta pesquisa, foi empregado pelos estudantes participantes dos projetos ART e DAT tanto da maneira mencionada por Antunes (2010), quanto como forma de enfatizar posicionamentos.

Propomos a verificação da atuação de duas categorias de modalizadores (o par é + adjetivo e o verbo poder) em camadas mais internas e em camadas mais externas da língua em recortes de textos produzido por alunos participantes dos dois projetos mencionados. O questionamento referente ao modo como os modalizadores PEA e poder foram empregados por alunos de ensino fundamental e médio em suas produções textuais após participarem dos projetos ART e DAT mobilizou esta pesquisa.

Nossa hipótese inicial era a de que os alunos participantes dos dois projetos empregaram os modalizadores tanto como estratégia argumentativa, reveladora de ponto de vista, quanto como instrumento de mobilização do interlocutor, e que esse fenômeno se deu de maneira a estabelecer relações enfáticas e atenuadas/eufemizadas nos enunciados.

Constatamos, com respaldo de Castilho e Castilho (1992), Neves (2006a) e Koch (2009), que PEA e poder constituíram marcas explícitas de engajamento e que estabeleceram tanto modalizações deonticas, quanto epistêmicas nos recortes selecionados. Destacamos que o emprego de poder esteve visivelmente associado à impressão de certezas e crenças nos enunciados.

Ancorados em Dascal (1986), Corbari (2008), Hoffmann (2009) e Sella (2011), verificamos a ocorrência de modalização em camadas mais internas e em camadas mais externas da língua em nosso corpus e, partindo do que preconiza Corbari (2013), identificamos processos de negociação (enfática e atenuada) entre interlocutores que se estabelecem por meio dos modalizadores.

Entendemos, portanto, que a língua deve ser vista como um processo constituído de elementos que imprimem relações, em seus encadeamentos, que podem ser explícitas em termos de engajamento, sendo que este pode ocorrer no plano de um continuum sobre graus de certeza e no plano que flutua entre ordenação, conselho, imposição. Atuar por meio dela implica fazer escolhas, posicionar-se, defender um ponto de vista, buscar a adesão do outro ao que se defende, ou seja, demanda argumentar.

Esperamos que nossa pesquisa possa colaborar com estudos voltados para a consideração das marcas de intencionali-

dade na constituição da língua. Uma vez que se trata de pesquisa relacionada, mesmo que indiretamente, com o ensino da língua portuguesa, também esperamos colaborar com os professores em seu trajeto de lidar com a análise linguística, uma vez que a modalização pode ser tomada como uma forma mais coerente de considerar termos como “predicado nominal”, “adjunto adverbial”, “conjunção” e mesmo a noção de frase.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, V. A. B. Modalização em Artigos Científicos da Área da Linguística. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Mestrado em Linguística Letras e Artes. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ANTUNES, I. Aula de Português: Encontro e Interação. São Paulo: Parábola, 2003.

CASTILHO, A. T. de; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, R. (org.). Gramática do português falado. Volume 2. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1992. p. 213-260.

COMPARINI-LEITE, A. M. P. A Modalização Deontica no Discurso Jurídico. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2002.

CORBARI, A. T. Elementos modalizadores como estratégia de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de Ensino Médio. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CORBARI, A. T. Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2008.

DASCAL, M. A relevância do mal-entendido. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas IEL n. 11, p. 199-217, jul. /dez. 1986.

FERNANDES, M. G. S. Breve abordagem da categoria discursiva modalidade. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, n.9, , 2º semestre de 2011 p.157-168, .

HOFFMANN, D. G., SELLA, A. F. Um Estudo da Modalização Estabelecida pelo Verbo Poder em Livros Didáticos. Revista Traves-

sias. Cascavel, v.2, n.3, 2008.

KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. São Paulo: Cortez, 12. Ed., 2009.

MASSI, L., QUEIROZ, S. L. Estudos sobre a Iniciação Científica no Brasil: uma revisão. In: Cadernos de Pesquisa da USP, v.40, n.139, jan./ abr.2010. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742010000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: janeiro de 2016.

MATSUMOTO, A R. M. A modalidade epistêmica e a função interpessoal em coberturas telejornalísticas ao vivo. CELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários, V. 3, 2007, Maringá, 2009. p. 1142-1151.

NEVES, M. H. de M. Texto e Gramática. São Paulo: Contexto, 2006a.

PALUDO, E. I. Presença de anáforas em textos produzidos por aluno do nono ano de uma escola pública do Paraná: uma amostra de progressão textual. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: SEED, 2006.

PARRET, H. Enunciação e pragmática. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1988.

SELLA, A. F. Entrevista com Aparecida Feola Sella. [jul.2016]. Entrevistadores: Talita L.L. de Quadros e Rafaela T. Eckstein. Cascavel: UNIOESTE, 2016. 1 arquivo de áudio. Entrevista concedida a orientandos do mestrado em Letras.

SELLA, A. F. Nos limites da permissão: funções exercidas pelos verbos poder e dever no manual de orientação do Fundeb. Acta Scientiarum. Language and Culture, Maringá, v. 33, n. 2, p. 211-215, 2011.